

RESENHA HISTÓRICA DO CAFÉ NO BRASIL

Eng.º Agr.º CONSTANTINO C. FRAGA

— I —

PRIMÓRDIOS:

Fugindo de certa forma ao comum nos casos de origem e introdução de plantas, pode-se dizer que o café tem, no Brasil, nascimento oficial, com circunstâncias e datas (ano e mês) bem definidas. Com efeito, afora ligeiras divergências é quase unânime a opinião de que o café foi introduzido no Brasil em maio de 1727 pelo sargento mór Francisco de Mello Palheta. Este havia sido designado por João da Maia da Gama, capitão general do Estado do Maranhão e Grão Pará, para chefiar missão oficial a Cayenna, relacionada a incidentes havidos na linha demarcatória entre a Guyana Fran-

cesa e o Brasil. Levava ainda a recomendação escrita de que procurasse aproveitar a viagem tentando trazer material de reprodução do café. Desincumbindo-se da missão, Francisco de Mello Palheta conseguiu trazer da Guyana Francesa pouco mais de mil sementes e 5 mudas de café que foram logo plantados nos quintais e chácaras dos arredores, na Capital daquela Província.

Naquela região do Norte do País o café logo desenvolveu-se sem chegar entretanto a preponderar com muito destaque sobre as demais atividades. Em 1731 é contudo assinalada uma exportação de 7 libras pêso.

IMPLANTAÇÃO NO SUL DO PAÍS:

Por volta de 1760 (para certas fontes, 1770), o desembargador João Alberto Castelo Branco fez vir para o Rio, algumas mudas provenientes do

Pará, as quais foram plantadas interiormente junto às cercas divisórias do hospício dos padres italianos barbadinhos na atual Rua Evaristo da Veiga

(centro do Rio de Janeiro) (*) e na quinta do holandês João Hoppman. Era o início duma extraordinária expansão e do desenvolvimento duma riqueza que iria, dali até os dias atuais, plasmar a civilização e a vida econômica do País. No atual Estado do Rio de Janeiro a cultura desenvolveu-se, nos primeiros anos lenta, mas depois rapidamente e implantou-se com as características de exploração comercial semelhante às que até agora apresenta. Dentre as muitas causas que concorreram para êsse rápido progresso, sobreleva o fato de achar-se tôda aquela região, inclusive os atuais Estados de Minas e São Paulo, emergindo penosa e lentamente da crise resultante do esgotamento da mineração. Havia assim disponibilidade de braço pronto para ser empregado no desbrava-

mento das terras virgens e o subsequente cultivo do café.

Ao influxo dos bons preços do produto e das grandes e rápidas fortunas que iam-se formando, as vagas dos cafêzais avançavam pelo interior, ocupando os vales e as faldas das montanhas, grimpendo os morros, afastando mais e mais a floresta, afugentando os índios e terminando por ultrapassar as fronteiras daquele estado. Em 1796 a produção fluminense já era superior à do Pará. Entretanto, até 1815 mais ou menos, a produção brasileira destinou-se quase totalmente a atender o consumo interno. O estabelecimento da Côrte no Rio de Janeiro provocando o progresso da cidade, aliado à difusão do hábito da bebida por parte dos fidalgos, concorrera para que fôsse criado ali, um desenvolvido centro

QUADRO I

Produção do Brasil e das Índias Holandesas (Java) em sacas de 60 kg

Anos	Brasil	Índias Holandesas (Java)
1825	201 977	284 660
6	286 000	384 680
7	385 000	409 687
8	400 561	426 722
9	326 617	288 082
1830	430 463	296 062
1	604 379	269 092
2	645 701	306 688
3	755 852	322 137
4	758 517	369 296
5	870 533	478 706

Fonte: TAUNAY — História do Café no Brasil — Vol. IX, citando dados de VAN DELDEN LAERNE em seu Livro "Le Brésil et Java".

(*) Onde presentemente se situa a Polícia Militar.

de consumo. O ritmo da produção tornava-se no entanto cada vez mais acelerado e já em 1826 a exportação brasileira representava cerca de 20% do total mundial. Em 1829, cerca dum século após a introdução do produto, o Brasil, sobrepujando Java, assumia, para não mais perder, a vanguarda da produção e exportação mundial do

café. Um ano depois, sua participação já atingia cerca de 40% da exportação total. Por sua vez, o Estado do Rio manteve durante quase cem anos, isto é, de 1796 até 1891, a liderança entre as maiores regiões do País. Essa posição, iria perdê-la definitivamente em 1894 para o Estado de São Paulo. (*)

O CAFÉ NO ESTADO DE SÃO PAULO:

Extravasando o território do Rio de Janeiro, a cultura do café derramou-se pelas terras mineiras e paulistas, galgando a serra no primeiro caso e infiltrando-se pelo Vale do Paraíba, no segundo. Estima-se que somente 30 anos após sua presença no Rio de Janeiro é que o café chegou a São Paulo, através do citado Vale, mas fazendo sua aparição quase simultânea em Jundiá e por conseguinte já no planalto paulista. Em todo o caso, consigna-se que em 1794 o Tte. Gal. José Arouche da Silva Rendon, enviava a seu irmão, em Lisboa, café produzido em sua chácara da Casa Verde (bairro da cidade de São Paulo).

O empirismo ia aos poucos estabelecendo regras e apontando o caminho para os cafeicultores. Fixou-se assim a preferência pelas terras de matas e pelas altitudes entre 300 e 600 metros, bem como pelas faces livres de vento sul. As terras virgens do planalto paulista, com conformação muito mais

favorável que a acidentada topografia fluminense e produzindo melhor tipo de café, que alcançavam maior cotação, iam sendo cada vês mais requestandas. As dificuldades de transporte contudo impediam que esse movimento se fizesse em ritmo mais veloz. Enquanto o Estado do Rio era recortado de caminhos por onde trafegavam os carros de bois em direção às inúmeros portos, em São Paulo a serra do Mar levantava-se como enorme obstáculo ao escoamento do produto para o exterior. Também a pobreza inicial da região, com as difíceis condições de vida e a frequência das geadas, contribuía para refrear o ritmo expansionista. À medida entretanto que São Paulo se desenvolvia melhorando as condições de vida, a rede de transportes e outros setores da sua infra-estrutura econômica e que doutro lado os alcantilados solos fluminenses, tão sujeitos à erosão, começavam a apresentar lavouras com sinais de decadência, a situação

(*) Em 1960 ou seja 66 anos após, o Paraná iria suplantar S. Paulo em volume de produção.

tendia a modificar-se mais rapidamente.

O aparecimento das estradas de ferro, a partir da segunda metade do século XIX, iria constituir fator decisivo em favor da supremacia de São Paulo. Todo o planalto paulista passou a contar com o Pôrto de Santos para a exportação do produto. Enquanto em São Paulo a estrada de ferro, óra ia em busca de plantações pioneiras de café, óra penetrava a floresta, abrindo novas frentes para o estabelecimento da cultura, no Rio êsse meio de transporte, encontrando a lavoura de há muito estabelecida, deixou à margem muitos pequenos portos de exportação, contribuindo para apressar a decadência de algumas zonas que lhes eram tributárias e fazendo surgir as "cidades mortas".

A imigração, destinada a exercer posteriormente importantíssimo papel, já contribuía, desde os primeiros movimentos anti-escravagistas, para o desenvolvimento da cafeicultura paulista. Com efeito, mesmo antes da lei de 1850 proibindo o tráfico de escravos para o País, já se assinala as primeiras tentativas de fixação de

imigrantes. A visão e arrojo de certos estadistas e agricultores de São Paulo procuravam esteiar-se na imigração, não só prevenindo-se antecipadamente contra os efeitos da libertação dos escravos que fatalmente viria, como procurando maior rendimento econômico, pois o braço escravo tornava-se dia a dia mais caro e menos eficiente em consequência das leis que iam-no amparando em escala crescente. São Paulo, oferecendo melhores condições de clima e com ampla disponibilidade de terras que facilitavam o acesso às mesmas, era alvo da preferência do imigrante em relação às outras zonas de produção.

À medida que se acentuava a decadência das lavouras fluminenses, que se estendia a rêde ferroviária, que encarecia o braço escravo e que aumentava a imigração, acelerava-se o progresso de São Paulo e crescia sua participação na produção do País. Finalmente, em 1894/95 o já então Estado de São Paulo firma sua supremacia na produção brasileira de café, para não mais perdê-la, até a safra agrícola de 1959/60. (Ver Quadro II em anexo).

IMPORTANCIA DO CAFÉ PARA O BRASIL:

A participação do café no conjunto da economia brasileira é sobretudo posta em relêvo quando se considera o papel que vem desempenhando como fornecedor de divisas para o País. De modo sumário isto pode ser assim descrito.

Até 1815 mais ou menos, a produção brasileira de café era

praticamente absorvida pelo consumo interno. Entre 1821 e 1830 inclusive, o açúcar e o algodão alternavam-se em nossa pauta exportadora como os maiores fornecedores de divisas. O café nesse período ocupava o 3.º lugar, havendo anos entretanto que conseguia tomar o 2.º posto empurrando

para o 3.º um daqueles dois produtos. Em 1831 o café assume a vanguarda dos produtos de exportação, aí se mantendo ininterruptamente, até nossos dias. Nesse período de 133 anos, a média da participação do café foi, em valor, superior a 53% do total, contando-se alguns anos em que ela superou os 70% (máximo absoluto em 1924, quando alcançou 75,8%). De notar ainda, que essa ascendência teve quase sempre característica esmagadora, com a exceção de 2 períodos. O primeiro destes, foi a década inicial do presente século com o surto da borracha que iria atingir o apogeu em 1910, ano em que o valor das exportações deste produto foi apenas ligeiramente inferior ao do café (39,1 e 41,04 do valor total exportado, respectivamente para a borracha e o café). O segundo período, seria aquele de 1936 a 1945 quando o algodão

experimentou vertiginoso progresso no Estado de São Paulo, mantendo-se porém o valor das suas exportações nitidamente menores que as do café. (Ver Quadro III em anexo).

Quanto à participação do café na renda bruta nacional, embora só se disponha de dados recentes sobre o assunto, pode-se afirmar que no passado teria sido muito maior que hoje, pois o desenvolvimento econômico do País era então muito menor e a cafeicultura já tinha atingido seu grau de maturidade. No decênio 1950/59, a renda bruta do café representou pouco menos de 6% do total nacional e cerca de 18% da renda agrícola total. Para determinadas unidades da Federação a sua importância, é, entretanto, bem maior, como por exemplo para o Espírito Santo onde o café, em 1959 representou 30% da renda total e cerca de 50% da renda agrícola.

O BRASIL NA ECONOMIA CAFEIEIRA MUNDIAL:

Duma exportação praticamente nula no início do século XIX, o Brasil em 1826 já contribuía com cerca de 20% das exportações mundiais de café. Em 1829 passa a ser o principal exportador. Em 1875 já supera a metade do total mundial. No triênio 1897/1900, atinge 73%. Nos 5 anos seguintes mantém uma média anual superior a 75%. No período 1906/7 atinge o máximo, fornecendo mais de 4/5 (83%) das exportações mundiais. Até 1941, o volume das exportações brasileiras, com a única exceção de 1937, mantém-se sempre maior que a soma dos demais

países exportadores. Na década de 40 a 50 aparecem alguns anos em que a participação do País é inferior a 50%. A partir de 1952, a aliquota do Brasil é sempre inferior à metade, atingindo o mínimo em 1958, com 35,3%. Quanto à produção, segue ritmo ainda mais avassalador. No decênio 1850/51 a 1859/60 já é ela superior à do resto do mundo, mantendo-se em torno de 50% nos dois decênios seguintes. Daí por diante, tende a aumentar a quota do Brasil. No início deste século já era superior a 3/4 do total mundial, atingindo o seu

ponto máximo na temporada de 1906/7, com mais de 84%. Com poucas exceções, mantém-se em torno de 70 a 75% até a época da 2.^a guerra mundial, quando ocorre grande declínio

na produção brasileira. Terminada a guerra, cresce novamente o contingente brasileiro voltando em 1955/56 a superar a produção em conjunto dos demais países.

O CAFÉ E O ESTADO DE SÃO PAULO:

Duma região pobre em fins do século XVIII e começo do XIX, o café iria provocar em São Paulo uma profunda revolução econômica, transformando-a na mais opulenta região do País e colocando-a sob inúmeros aspectos, numa liderança por vezes chocantemente distanciada em relação às demais Unidades da Nação. Em 1801 o valor das exportações paulistas não atingia 1/2% do total brasileiro. Com a penetração do café, feita lentamente durante a primeira metade do século, ia-se aos poucos modificando a situação. Em 1836, com o setor paulista do Vale do Paraíba já bastante ocupado com aquela cultura e com pequenas produções em vários locais do planalto, o café já era o segundo produto de exportação da Província. Dois anos depois desloca o açúcar para o 2.^o lugar, passando a encabeçar a pauta exportadora de São Paulo. Em 1846, o valor das suas exportações de café já seria 10 vezes superior à do açúcar. Em termos nacionais era entretanto ainda bem pequena a participação paulista. Assim, em 1850 a sua produção representava apenas 5,6% do total do Brasil. Dez anos após,

subiu para 9%. No fim do decênio seguinte (1870) alcançava 16%. Em 1875, 26%. Em 1885 a quota de São Paulo já é de 40%. A sua produção já começava a se aproximar da fluminense, que atingira o seu máximo em 1882. Os reflexos na exportação eram paralelos, estimando Roberto Simonsen(*) que em 1887 o valor da exportação "per capita" paulista era cerca de 3 vezes superior à norte-americana e 4 vezes maior que a da Argentina. Na safra de 1890/91 a colheita paulista, ultrapassava pela primeira vez à do Rio. Finalmente com a colheita de 1894/95, São Paulo firma-se como a maior unidade produtora de café da Federação. No início do século XX o contingente da produção de São Paulo já era superior a 60% do total brasileiro. Até 1942/43 mantém-se em torno de 60 a 70%, chegando ao máximo de 80% em 1917/18. A partir de 1949/50 a contribuição percentual de São Paulo, declina por efeito sobretudo do desenvolvimento da produção no Estado do Paraná. De notar que nos primeiros 40 anos deste século, com a só exceção duma safra (afetada pela geada de 1918), São Paulo produziu bem mais

(*) *Simonsen, Roberto* — Aspectos da História Econômica do Café — Revista do Arquivo Municipal, Vol. LXV, 1940, pg. 189.

café que a soma de todos os países produtores e houve anos em que, mesmo somando a estes, a produção das outras regiões brasileiras, o resultado continuava inferior ao montante paulista.

Em relação à renda bruta do Estado, a contribuição do café é hoje relativamente modesta sendo que no triênio 1954/56, foi de cerca de 27% da renda agrícola e pouco menos de 8% da renda total. No triênio

1959/61 essa contribuição não alcançou 15% da renda agrícola. Concorre para isso, não só o grande desenvolvimento econômico da região, que hoje congrega o grosso da produção industrial do País, como também o fato de serem as atuais safras paulistas de café, de iguais a inferiores àquelas obtidas nos primeiros anos deste século. Certamente que nesta época, sua participação era incomparavelmente maior que hoje.

— II —

A SUPERPRODUÇÃO

A grande expansão que a cafeicultura experimentou no Brasil, teve a sustentá-la, além das causas já mencionadas, o impulso do contínuo aumento do consumo mundial. O progresso que experimentou o comércio internacional após as guerras napoleônicas e o grande desenvolvimento dos EE. UU., de há muito o maior mercado consumidor de café, asseguravam a absorção das crescentes safras e proporcionavam preços estimuladores de novos plantios. Essa situação permitiu que até a última década do século passado não surgissem problemas de maior gravidade para a economia cafeeira. Entretanto, o ritmo do aumento da produção brasileira acelerava-se cada vez mais, à medida que ia se processando a formação de capitais e aumentava a disponibilidade de braço com a imigração. O decênio compreendido entre 1886 e 1895 foi, dentre os períodos de preços altos, um dos mais longos e de

maiores níveis de preços registrados. Os altos preços externos coincidiram ainda com a desvalorização interna da moeda provocada pelas fortes emissões dos primeiros tempos da República e com a entrada maciça de colonos europeus em São Paulo. A conjugação desses fatores provocou grande corrida para novos plantios de café. Em consequência, a partir da safra 1896/97, avolumou-se enormemente o total colhido, que passou a ser quase o dobro das médias anuais obtidas nos dez anos precedentes. A safra de 1900/01 já era cerca de 14,0 milhões de sacas contra a média de aproximadamente 9,2 milhões no quadriênio anterior. São Paulo contribuiu então com perto de 2/3 da produção brasileira. O consumo mundial aumentara também substancialmente, pois crescera de 1/3 entre 1891 e 1901, passando de 10,8 para 14,3 milhões de sacas entre essas duas

datas. O acréscimo do consumo era entretanto nitidamente inferior ao da produção.

Começavam a aparecer as sobras. A superprodução iria dar

origem aos esquemas de controle, conhecidos por "valorização" ou "defesa" dos preços e que se tornaram clássicos em economia.

AS INTERVENÇÕES:

O impôsto de 2.000\$000 (Cr\$ 2.000,00) — quantia avultada para a época — incidindo sobre cada alqueire de café novo, decretado pelo Estado de São Paulo em 1902, pode ser considerado como a primeira tentativa de controle governamental sobre a oferta de café. Este imposto, válido por 5 anos, foi prorrogado por novo período. Mostrou-se insuficiente entretanto para soffrear a superprodução. Em 1906/07 o Estado de São Paulo registrou enorme colheita, a qual até hoje detém primazias sob vários aspectos e cujo volume se aproximava dos 15,5 milhões de sacas. O total brasileiro ultrapassava pela primeira vez os 20 milhões e o consumo mundial, embora crescendo rapidamente, apenas atingia 17,5 milhões de sacas.

Procurando fazer face a essa perspectiva, o Estado de São Paulo, em convênio com o de Minas e Rio de Janeiro, levantou empréstimo no exterior, destinado à compra dos excedentes da produção, dessa forma subtraindo aos canais de comercialização, as sobras existentes e impedindo o aviltamento dos preços do produto. Tais sobras, seriam vendidas nos anos de pequena produção. Os pontos básicos de apóio a essa intervenção eram os seguintes:

a) Volume da produção mais ou menos cíclico, com safras

abundantes alternadas com colheitas pequenas.

b) Demanda relativamente inelástica do produto.

c) Grande predomínio do País no mercado mundial do café.

d) Bom gráu de conservação oferecido pelo café ao armazenamento.

Dessas características, apenas a primeira era menos válida, pois muitas causas deturpavam aquele ciclo, entre elas, os novos plantios e as geadas e se havia variações anuais, a tendência em intervalos maiores era de continuo crescimento.

Em dois anos de operações, o Estado de São Paulo já havia adquirido cerca de 10 milhões de sacas. As duas safras que se seguiram, foram entretanto pequenas e isto constituiu fator decisivo no sucesso do plano. Este, cuja duração prevista era de 10 anos, foi praticamente liquidado às vésperas da 1.^a guerra mundial, e tendo sobrado cerca de 3 milhões de sacas depositadas na Europa e que foram confiscadas pela Alemanha. A partir de então, o termo "valorization" originado deste "plano de valorização", passou segundo certos autores a ser incorporado à língua inglesa.

A segunda intervenção processou-se em virtude da safra 1917/18, a qual, embora não sendo exageradamente grande,

ia encontrar um comércio mundial bem menor, em consequência da conflagração mundial. Desta feita São Paulo contou com a colaboração do governo federal. Foram adquiridos cerca de 3 milhões de sacas. A grande geada de 1918 e a recuperação do mercado mundial com o término da guerra, trouxeram grande alta nos preços do produto, e uma substancial valorização do estoque adquirido. O Estado de São Paulo, pôde assim liquidar a operação com altos lucros, dividindo estes com o governo da União.

Com a safra de 1920/21, iniciou-se a terceira intervenção, esta a cargo do Governo Federal. Por volta de 1924 a operação cujo prazo de liquidação era de 30 anos, fôra ultimada, tendo sido adquiridos aproximadamente 4,5 milhões de sacas.

O exercício dessas intervenções foi apontando as vantagens decorrentes duma disciplinação da oferta que alcançasse até a fase inicial do encaminhamento do produto para os portos de embarque. Armazenando o produto junto às fontes produtoras, poder-se-ia controlar a sua descida para os portos, evitando o abarrotamento

dos mesmos e os efeitos depressivos sobre os preços, provocados pela presença de volumoso estoque. Amadurecia assim a idéia da defesa permanente do café. Esta nasceu com a lei n.º 2004 de dezembro de 1924 que criou o "Instituto Paulista da Defesa Permanente do Café". As funções principais dêsse órgão, cujos recursos proviriam da taxa de 1\$000 (Cr\$ 1,00) ouro por saca, que transitasse no território do Estado, seriam:

- 1) Aquisição do café no Pôrto de Santos ou em qualquer outro mercado interno, para retirar do mercado as sobras eventuais e recolocá-las à venda posteriormente, quando fôsse oportuno.
- 2) Regularização das entradas de café no Pôrto de Santos, através da limitação dos transportes e estocagem do produto nos "armazéns reguladores" do interior.
- 3) Serviços de informações, estatística e propaganda do café para aumento do seu consumo e repressão às falsificações.
- 4) Empréstimos aos produtores, com garantia do café depositado nos armazéns reguladores. (*)

(*) Decreto n.º 3802 de 14/2/1925 que regulamenta a lei n.º 2004:

Art. 2.º — O Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café funciona para promover a defesa permanente do café que correrá exclusivamente pela Secretaria da Fazenda.

Art. 3.º — A Defesa a que se refere o art. anterior consistirá em:

- a) Regularização das entradas de café no porto de Santos, pela limitação dos transportes, de acordo com o regulamento ferroviário do Estado;
- b) Celebração de convênios com os demais cafeeiros para que estes votem a taxa de viação do valor até um mil réis (ouro) por saca de café, destinada a garantir um empréstimo de conformidade com o art. 5.º para constituição do fundo de defesa permanente do café, sendo o Instituto representado na operação de crédito

Esta última função seria exercida pelo Banco do Estado de São Paulo, criado pouco tempo depois (1926) com êsse objetivo fundamental.

Com os bons preços externos do produto no período 1924/29, e com as facilidades de crédito que o esquema da defesa permanente possibilitava aos produtores, outro e enorme impulso foi dado aos novos plantios. O café atingiu então as barrandas do Rio Paraná na fronteira ocidental do Estado e começou a penetrar nas terras férteis do chamado "Norte do Estado do Paraná". A crise mundial de 1929, iria pôr por terra o plano da defesa permanente do produto. Esgotando-se os recursos para a aquisição das sobras, que cresciam vertiginosamente e para o financiamento aos produtores, cessou o apêlo ao esquema e as cotações dois meses após outubro de 1929, tinham acusado queda superior a 40%. Foi levantado um empréstimo no exterior, destinado à compra por parte do governo de 3,0 milhões de sacas, que constituiriam parte da garantia do empréstimo, sendo o restante garantido pelos conhecimentos de café caucionados ao Banco do Estado. Foi criada uma taxa de exportação (3. sh. por

saca) para garantia dos juros do empréstimo. Essas providências revelaram-se insuficientes. As sobras eram maiores que os cálculos da maioria dos peritos e a situação econômica mundial concorria para deprimir cada vez mais as cotações do café. Foi criada então uma sôbre-taxa destinada à aquisição de café para destruição. Já agora, o esquema era conduzido pelo Governo Federal. O volume das safras continuava a crescer, tendo a colheita de 1933/4 se acercado das 30 milhões de sacas, para uma exportação brasileira em tórno de 15. Procurando maiores recursos para a aquisição, a taxa de exportação foi elevada de 10 para 15 sh por saca. Ao mesmo tempo, em 1932, fôra proibido o plantio de novos cafêzais. Não se mostrando suficientes os recursos para a compra e destruição das sobras, foi instituída na safra de 1933/34 a "quota compulsória" de 40%, pela qual, os produtores eram obrigados a vender ao governo, por preço abaixo do mercado, aquela porcentagem das suas safras. As safras volumosas continuavam a se suceder, levando o governo, na safra comercial de 1937/38 a permitir apenas a exportação de 30% da

pela Secretaria da Fazenda e do Tesouro ou pelo seu substituto legal, que é o vice-presidente.

Art. 4.º — Quando estiver organizado o fundo de que trata o art. anterior a defesa permanente consistirá ainda em:

- I) Empréstimos aos interessados mediante condições de *quantum*, prazo e juros que forem determinados nos armazéns reguladores do Estado;
- II) Compra de café no mercado de Santos e em qualquer outro mercado interno, para retirada provisória e venda posterior, sempre que o Conselho julgar essa medida necessária para regularização da oferta;
- III) Serviço de informação, estatística e propaganda do café para aumento do seu consumo e repressão das suas falsificações.

produção. Dos 70% remanescentes, 40% constituíam a chamada "quota de retenção" e 30% a "quota de sacrifício", esta entregue ao governo por preços baixíssimos e aquela a preços inferiores aos do mercado.

Finalmente, em novembro de 1937, o Brasil abandonou a política de defesa permanente do café, diminuindo as taxas de exportação e adotando uma política de vendas mais agressiva. Justificou essa mudança de orientação alegando que os demais produtores recusaram a compartilhar os ônus da defesa dos preços e constatando que entre os anos agrícolas de 1922/23 e 1937/38 enquanto para uma produção de 323 395 000 sacas, o País apenas conseguira exportar 237 236 000, os demais países no mesmo período tinham produzido 132 115 000 sacas e exportado um pouco mais (132 273 000). Entre 1931, ano em que foram iniciadas as incinerações e 1944, quando praticamente as mesmas cessaram, foram queimadas mais de 78 milhões de sacas de café. A segunda guerra mundial, com as grandes perturbações que trouxe desde o seu início ao mercado internacional, viria forçar novas revisões na política do café. Assim é que a obliteração quase total do mercado europeu fez com que caísse súbita e pesadamente o consumo mundial e resurgissem os problemas das sobras invendáveis. Em consequência, restabeleceram-se as "quotas de equifíbrio" a partir da safra 1939/40. O agravamento da situação levou os principais

países produtores a concluírem em novembro de 1940, com os EE. UU. um convênio pelo qual foram instituídas quotas de exportação para aqueles países. Após a entrada dos EE. UU. na guerra, o mesmo fixou preços máximos para a importação do café. Com tal providência, o mercado manteve-se relativamente estável. Terminado este conflito, a produção brasileira passou a ser inferior às exportações, refletindo finalmente o abandono e maus tratos que a sua cafeicultura vinha de há muito sofrendo.

Por decreto federal de . . . 30/6/1946 foi extinto o Departamento Nacional do Café. Em setembro do mesmo ano entretanto foi criada a Divisão de Economia Cafeeira, encarregada da direção econômica do produto. Aproveitando-se da escassez de café no mercado mundial e das perspectivas de pequenas safras, o governo brasileiro pôde então vender os estoques que ainda possuía. Incentivada pelos altos preços desse período, a produção se foi recuperando, para chegar novamente à superprodução atual. Por lei de 22/12/1952 foi criado o atual Instituto Brasileiro do Café com a finalidade precípua de "realizar através das diretorias desta lei a política econômica do café brasileiro no País e no estrangeiro". Em síntese, seja por imperativos da própria economia do café, seja pelas características tendências da economia mundial, o fato é que o Brasil nunca mais deixou de exercer, duma ou doutra forma o controle da economia deste produto.

O CAMINHO DO CAFÉ:

As deslocações territoriais da cultura do café, tão nítidas e constantes que provocaram diversas observações e estudos sôbre o assunto, foram fundamentalmente ocasionadas pelas disponibilidades de terras virgens e férteis. O maior rendimento proporcionado por essas terras ia colocando em desvantajosa situação econômica as terras já ocupadas há mais tempo, tornando-as anti-econômicas a despeito do vultoso empate de capital fixo que exigem as propriedades cafeeiras. As imigrações, as estradas de ferro, o baixo índice técnico das práticas agrícolas e mesmo certos preconceitos como aquele de que o cafeeiro só vegetava bem quando plantado em terras virgens, são causas e efeitos dessas mudanças. Apesar de pouco lembrado, outro fator, tão ou mais importante que o maior rendimento da cafeicultura determinava o desbravamento das terras incultas. Era a valorização, a especulação imobiliária que representavam tais empreendimentos. Num país novo, em fase de rápido desenvolvimento, com economia e regime governamental pouco estáveis, de restrito mercado financeiro e com vertiginoso

crescimento demográfico, além de outros fatores, a posse de terras, sobretudo em zonas de progresso, significava e significa ainda seguro e atraente empate de capital. Eram e são ainda numerosos os exemplos de desmedidas valorizações experimentadas por estas terras. Embora fossem elas ocupadas em função precípua das perspectivas econômicas que oferecia a exploração cafeeira, as regiões recém-desbravadas suscitavam todo um cotejo de atividades paralelas; outras produções agrícolas, novas estradas, ampliação das atividades comerciais, implantação de núcleos urbanos, enfim, a civilização que alargava fronteiras e estabelecia novas frentes em território inexplorado. O café era o lastro, a base inicial dessas valorizações, as quais entretanto, recebendo o concurso de outros fatores, atingiam níveis muito superiores àqueles que intrinsecamente poderiam proporcionar a maior produtividade da cafeicultura. Os reflexos dessa tendência de valorização das terras, muitas vezes atingindo proporções insuspeitadas, constituia poderoso fator de causa e efeito a empurrar o café para novos horizontes.

A CONTRA-MARCHA:

Após o término da segunda guerra mundial, um fato novo aparece no deslocamento da cultura cafeeira. Os preços altos do produto voltam a estimular os novos plantios. Mas agora, o surto expansionista não é fei-

to apenas com o desbravamento das terras novas. Este movimento ainda é muito impetuoso, tanto que avassala todo o Noroeste do Paraná, penetra em Goiás e Mato Grosso e em sua marcha acelerada para o

Oeste, ultrapassa as fronteiras do País, invadindo o Paraguai. Paralelamente porém, começa a nascer na retaguarda, o sistema de exploração racional da cultura. Velhas zonas já decadentes e outras ameaçadas de entrar nesta fase, passam não só a intensificar os tratos das lavouras existentes como a apresentar lavouras novas, formadas com todos os recursos da técnica moderna. Sementes selecionadas, plantio em nível, espaçamentos racionais, adubações mais abundantes etc. são as armas de que lançam mão as zonas de lavouras mais velhas para não perecerem sob o impacto das produções provindas das regiões recém-abertas. Tendo por centro geográfico Campinas, êsse movimento de renovação técnica abarcou logo todo o território estadual porém de modo muito disperso, pois

os meios técnicos e os recursos disponíveis em relação aos exigidos são exíguos para uma rápida transformação. Nesta recusa da cafeicultura paulista em sucumbir à concorrência das zonas novas, há por conseguinte, dois aspectos a distinguir-se. Um, é a intensificação dos cuidados às lavouras já existentes, com o fim de manter e aumentar sua produtividade (maiores adubações, construção de cordões de contorno, plantio intercalar etc.). O outro, é a formação de novas lavouras, com base na moderna técnica e capaz de igualar ou superar o rendimento unitário das zonas novas e dêsse modo aproveitar as vantagens oferecidas pelo maior desenvolvimento e melhor localização das regiões velhas. Êste segundo aspecto inaugura o ciclo do cultivo técnico e intensificado do café.

BIBLIOGRAFIA

- TAUNAY — Affonso E. — História do Café no Brasil.
MAGALHÃES — Hildebrando — História do Café — 1934.
RAMOS — Augusto — O Café no Brasil e no Estrangeiro — 1923.
FERREIRA — Pedro Cintra — O Café no Comércio — 1909.
SIMONSEN — Roberto — Aspectos da História Econômica do Café — Revista do Arquivo Municipal — 1940.
ALVIM — Aristoteles — Minas e o Bi-Centenário do Cafeeiro no Brasil.
LALIÈRE — A. — Le Café dans L'Etat de Saint Paul — 1909.
MILLIET — Sergio — O Roteiro do Café.
LECONTE — Henri — Le Café — 1899.
WARNFORD — Lock C. G. F. L. S. — Coffee — Its Culture and Commerce 1888.
RAOUL — E. — Culture du Cafèier — 1897.
UKERS — WA, MA — All About Coffee — 1922
UKERS — WH, MA — Coffee Merchandising — 1924.
RUBENACHT — Charles — Le Café et les Principaux Marchés des Matières Premières — 1955.
KEELER — Erwin P. — The Brazilian Coffee — Defense experiment — Foreign Agriculture — vol. I — n.º 12 — Dec. 1937.

D.N.C. — Defesa do Café no Brasil — 1935.
D.N.C. — Revista mensal — Diversos números.
D.N.C. — Anuários Estatísticos — Diversos números.
Instituto do Café — E.S.P. — Diversos números.
Instituto do Café — E.S.P. — Anuários Estatísticos — Diversos números.
U.S.D.A. — Foreign Agriculture Circular — Diversos números.
WICKIZER — V. D. — The Woled Coffee economy
With Special reference to
Control Schemes — 1943.
Desenvolvimento & Conjuntura — Diversos números.
Conjuntura Econômica — Diversos números.

QUADRO II

*Produção exportável de café do Brasil, por safras
em 1 000 sacas de 60 kg*

Estados produtores principaes

Safras	Bra- sil	São Paulo	Rio de Jan.	Minas Gerais	Esp. Santo	Pa- raná	Bahia	Per- namb.	Goiás
1880/81	5 606	1 204	4 402						
1/82	5 450	1 524	3 926						
2/83	6 723	1 974	4 749						
3/84	5 046	1 859	3 187						
4/85	6 206	2 089	4 117						
5/86	5 565	1 672	3 893						
6/87	6 078	2 581	3 497						
7/88	3 033	1 121	1 912						
8/89	6 827	2 638	4 189						
9/90	4 260	1 871	2 389						
1890/91	5 358	2 945	2 413						
1/92	7 397	3 675	3 722						
2/93	6 202	3 213	2 989						
3/94	4 309	1 722	2 587						
4/95	6 695	3 989	2 706						
5/96	5 476	3 083	2 393						
6/97	8 680	5 101	3 579						
7/98	10 462	6 161	4 301						
8/99	8 771	5 579	3 192						
9/00	8 959	5 700	3 259						
1900/01	13 845	8 932	1 264	3 137	278			234	
1/01	15 076	10 172	1 264	2 929	469			242	
2/03	13 640	8 357	1 264	3 121	700			198	
3/04	11 217	6 402	1 264	2 770	507			274	
4/05	11 159	7 423	989	2 290	277			180	
5/06	11 652	6 983	989	2 896	555			229	
6/07	20 607	15 392	989	3 328	748			150	
7/08	11 604	7 204	989	2 473	708			230	
8/09	13 945	9 533	989	2 786	461			176	
9/10	15 567	12 124	939	1 993	408			103	
1910/11	11 543	8 458	739	1 711	484			151	
1/12	14 031	10 580	739	2 219	268			225	
2/13	13 515	9 471	739	2 528	598			179	
3/14	13 754	10 072	746	2 219	629			88	
4/15	15 151	9 207	1 180	3 676	968			120	
5/16	15 773	11 711	745	2 345	713			259	
6/17	13 891	9 938	778	2 343	722			110	
7/18	15 606	12 210	585	2 086	667			58	
8/19	11 781	7 253	974	2 566	803			185	
9/20	8 870	4 155	900	2 768	846			201	

QUADRO II (Continuação)

Produção exportável de café do Brasil, por safras
em 1 000 sacas de 60 kg

Estados produtores principais

Safras	Bra- sil	São Paulo	Rio de Jan.	Minas Gerais	Esp. Santo	Pa- raná	Bahia	Per- namb.	Goias
1920/21	16 426	10 246	1 258	3 650	1 104	70	98		
1/22	13 116	8 198	557	2 998	1 015	58	290		
2/23	11 961	7 047	853	2 760	1 072	66	163		
3/24	16 504	10 374	1 097	3 474	1 281	53	225		
4/25	14 586	9 193	704	3 011	1 083	117	478		
5/26	15 126	10 087	767	2 711	1 167	120	274		
6/27	15 849	9 877	951	3 017	1 639	120	245		
7/28	27 122	17 982	1 462	5 101	1 675	375	409	118	
8/29	13 621	8 815	637	2 594	961	181	338	95	
9/30	28 231	19 490	1 167	5 135	1 492	596	246	105	
1930/31	17 419	10 097	1 010	3 200	1 666	347	414	137	19
1/32	28 313	18 693	1 370	5 226	1 803	604	267	250	75
2/33	19 846	14 977	850	2 131	1 050	380	250	150	58
3/34	29 634	21 850	905	4 062	1 859	600	184	150	24
4/35	18 509	11 735	893	3 780	1 350	260	293	123	75
1935/36	20 927	13 522	995	3 686	1 623	613	265	178	45
6/37	26 359	17 780	931	4 640	1 813	547	452	123	73
7/38	24 351	15 888	711	4 914	1 415	1 066	281	23	53
8/39	23 221	15 615	900	3 872	1 787	579	319	104	45
9/40	19 138	12 365	650	3 170	1 500	1 108	210	112	23
1940/41	16 456	10 217	507	3 196	1 180	932	199	163	62
1/42	15 707	9 275	614	2 575	1 984	836	355	122	36
2/43	13 613	8 528	518	2 165	1 433	550	236	123	60
3/44	12 160	5 936	728	3 141	1 866	160	148	124	57
4/45	9 137	4 722	216	1 875	1 278	579	242	200	25
5/46	12 701	6 101	672	2 872	1 992	674	154	194	42
6/47	14 019	8 874	271	2 176	1 207	1 138	162	113	78
7/48	13 572	6 523	445	2 753	2 042	1 550	101	88	69
8/49	16 952	11 173	142	2 413	1 032	1 885	89	41	158
9/50	16 303	7 391	586	3 214	2 543	2 318	102	99	28
1950/51	16 754	8 118	210	2 751	1 388	4 026	115	94	43
1/52	15 021	6 261	324	3 374	2 040	2 843	88	64	22
2/53	16 100	7 185	208	1 843	1 530	5 048	133	60	91
3/54	15 148	6 162	235	3 372	1 828	3 198	197	50	97
4/55	14 512	7 333	287	3 172	1 848	1 337	185	132	208
5/56	22 064	9 268	231	3 743	2 048	6 306	234	129	93
6/57	12 535	6 019	160	1 930	1 561	2 178	252	214	218
7/58	21 628	9 538	159	3 696	2 505	4 731	176	152	659
8/59	26 807	10 697	247	4 236	2 572	8 591	52	48	363
9/60	43 816	15 601	362	4 494	1 907	20 410	92	119	736
1960/61	29 848	8 238	238	3 476	3 102	14 322	143	118	98
1/62	35 860	11 558	287	3 600	1 796	17 942	57	217	338

Fontes: Até 1930/31 — Anuário Estatístico do Instituto de Café do Est. de S. Paulo, 1937 e Anuário Estatístico do Café — D.N.C. — anos de 1938 a 1941.

De 1930/31 até 1959/60 — Boletim Informativo e Estatístico do I.B.C., n.º 64 (1-11-1960), 1960/61 e 1961/62 — Boletim da Superintendência dos Serviços do Café - Est. São Paulo, n.º 422 - abril de 1962 — Cifras preliminares.

QUADRO III

Participação do café no comércio exterior do Brasil

<i>A nos</i>	<i>Valor da ex- portação de café em Cr\$ 1 000,00</i>	<i>% do ca- fé sôbre a exporta- ção total</i>	<i>A nos</i>	<i>Valor da ex- portação de café em Cr\$ 1 000,00</i>	<i>% do ca- fé sôbre a exporta- ção total</i>
1821	3 275	16,28	57/58	43 503	45,23
2	3 866	19,57	58/59	50 138	46,96
3	4 163	20,16	59/60	60 238	53,33
4	3 501	18,27	1860/61	79 664	64,36
5	2 884	13,48	61/62	58 747	48,66
6	3 450	20,78	62/63	56 575	46,19
7	5 264	21,12	63/64	54 131	41,26
8	5 105	15,90	64/65	64 134	45,45
9	6 846	20,49	65/66	61 203	38,96
1830	6 954	19,79	66/67	69 743	44,62
1	9 268	28,58	67/68	83 611	45,12
2	12 462	39,17	68/69	90 518	44,66
1833/34	17 820	49,26	69/70	77,026	39,08
34/35	15 078	45,70	1870/71	84 504	50,30
35/36	15 626	37,71	71/72	71 646	37,57
36/37	13 961	40,84	72/73	115 285	53,65
37/38	17 832	53,21	73/74	110 173	58,08
38/39	21 338	51,30	74/75	125 812	60,34
39/40	20 176	46,71	75/76	118 286	64,34
1840/42	17 804	42,74	76/77	111 707	57,12
41/42	18 296	46,81	77/78	110 447	59,27
42/43	17 091	41,64	78/79	134 029	65,68
43/44	17 982	41,05	79/80	126 260	56,78
44/45	17 508	37,21	1880/81	126 134	54,61
45/46	21 307	39,73	81/82	104 753	49,92
46/47	21 971	41,89	82/83	122 643	62,24
47/48	25 159	43,43	83/84	130 083	59,93
48/49	21 513	38,22	84/85	152 434	67,37
49/50	22 838	41,50	85/86	124 792	64,01
1850/51	32 954	48,10	86/87	186 925	70,93
52/53	33 807	46,03	1888	103 205	50,00
53/54	35 445	46,13	9	172 258	66,48
54/55	48 491	53,46	1900	189 984	67,66
55/56	48 013	50,84	1	284 167	64,72
56/57	54 107	47,24	2	441 443	71,39
			3	452 326	67,84
			4	499 615	68,49
			5	543 336	68,70

QUADRO III (Continuação)

Participação do café no comércio exterior do Brasil

<i>A n o s</i>	<i>Valor da ex- portação de café em Cr\$ 1 000,00</i>	<i>% do ca- fé sobre a exporta- ção total</i>	<i>A n o s</i>	<i>Valor da ex- portação de café em Cr\$ 1 000,00</i>	<i>% do ca- fé sobre a exporta- ção total</i>
6	524 338	69,40	9	2 740 073	70,97
7	525 682	63,77	1930	1 827 577	62,86
8	465 664	55,28	1	2 347 079	69,07
9	470 993	56,60	2	1 823 948	71,90
1900	484 342	56,96	3	2 052 858	72,79
1	500 598	59,20	4	2 114 512	61,12
2	400 841	55,69	5	2 156 599	52,56
3	384 298	51,75	6	2 231 473	45,58
4	391 588	50,44	7	2 159 431	42,41
5	324 681	47,37	8	2 296 110	45,05
6	418 400	52,32	1939	2 234 280	39,61
7	453 765	52,71	1940	1 589 249	32,04
8	368 285	52,18	1	2 017 116	29,97
9	533 870	52,52	2	1 965 738	26,21
1910	385 493	41,04	3	2 803 768	32,12
1	606 529	60,42	4	3 880 006	36,17
2	698 371	62,37	5	4 240 808	34,89
3	611 670	62,30	6	6 510 129	55,52
4	439 707	58,18	7	7 623 190	36,60
5	620 488	59,53	8	9 018 548	41,57
6	589 201	51,83	9	11 610 426	57,61
7	440 258	36,93	1950	15 907 584	63,85
8	352 727	31,02	1	19 456 822	59,84
9	1 226 453	56,29	2	19 212 708	73,71
1920	860 958	49,13	3	21 696 166	70,83
1	1 019 065	59,60	4	24 813 436	60,70
2	1 504 166	64,50	5	30 306 731	59,29
3	2 124 628	64,44	6	37 710 370	69,49
4	2 928 572	75,79	7	30 991 116	60,76
5	2 900 092	72,11	8	25 413 835	55,36
6	2 347 645	73,58	9	51 559 908	58,04
7	2 575 625	70,68	1960	59 377 601	56,18
8	2 840 415	71,54	1	78 778 085	50,60

Fontes: Até 1937 — Anuário Estatístico do Café — D.N.C. — 1941.

1938 a 1945 — Anuário Estatístico da Superintendência dos Serviços do Café — 1952.

De 1945 a 1960 inclusive — Boletim Informativo e Estatístico — I.B.C. — n.º 69, 16-1-1961.

1961 — Relatório do Banco do Brasil S/A — 1961.

ANEXO
Exportação de café por Santos

<i>Safras</i>	<i>Sacas 60 kg</i>	<i>Valor em Cr\$</i>	<i>Cr\$/saca</i>
1858/59	235 979	3 750 590	15,92
59/60	357 036	7 535 796	21,11
1860/61	313 780	6 453 574	20,57
61/62	351.588	8 615 462	27,31
62/63	347 344	8 561 784	24,65
63/64	260 532	6 242 741	23,96
64/65	401 626	9 822 530	24,46
65/66	312 299	7 706 301	24,68
66/67	272 624	5 973 662	21,91
67/68	518 754	11 047 450	21,30
68/69	620 994	14 106 336	22,71
69/70	615 231	13 483 019	21,91
1870/71	535 597	10 974 418	20,49
71/72	495 236	13 004 567	26,26
72/73	548 062	17 117 415	31,23
73/74	772 042	25 542 351	33,08
74/75	823 516	26 306 616	28,30
75/76	754 750	22 661 602	30,02
76/77	628 883	17 721 610	28,18
77/78	998 550	27 633 350	27,67
78/79	1 209 647	31 084 522	25,70
79/80	1 041 941	29 774 047	28,57
1880/81	1 204 328	29 438 414	24,44
81/82	1 524 486	31 792 430	20,85
82/83	1 837 846	33 358 227	18,15
83/84	1 929 029	47 324 587	24,53
84/85	2 165 116	47 599 212	21,98
85/86	1 657 176	36 139 828	21,81
86/87	2 478 498	77 410 210	31,23
87/88	1 309 937	42 981 446	32,81
88/89	2 545 706	73 591 934	28,91
89/90	2 041 573	71 058 960	34,81
1890/91	2 874 906	120 409 836	41,88
91/92	3 615 917	217 822 840	60,24
92/93	3 412 882	242 481 137	71,04
93/94	1 772 679	157 094 813	88,62
94/95	3 904 080	325 366 027	83,34
95/96	3 135 196	268 247 370	85,56
96/97	4 648 066	288 249 570	62,01

(Continuação)

Exportação de café por Santos

<i>Safras</i>	<i>Sacas 60 kg</i>	<i>Valor em Cr\$</i>	<i>Cr\$/saca</i>
97/98	6 053 521	330 885 458	54,66
98/99	5 535 361	229 892 160	41,53
99/00	5 742 362	241 779 407	42,10
1900/01	7 816 143	333 021 760	42,61
01/02	9 728 135	336 506 644	34,59
02/03	8 527 513	260 423 094	30,54
03/04	6 516 787	217 112 154	33,32
04/05	7 162 799	259 311 224	36,20
05/06	7 274 216	208 936 072	28,72
06/07	13 817 141	411 626 820	29,79
1907/08	8 456 017	261 964 285	30,98
1908/09	9 270 126	282 409 533	30,46
1909/10	10 236 348	328 031 002	32,05
1910/11	9 432 133	406 628 741	43,11
1911/12	9 140 550	527 118 541	57,67
1912/13	8 812 987	505 295 283	57,33
1913/14	11 291 999	504 307 540	44,66
1914/15	9 633 234	369 016 437	38,31
1915/16	11 364 151	449 895 765	39,59
1916/17	9 506 532	450 256 903	47,36
1917/18	7 300 864	291 906 983	39,98
1918/19	7 855 094	672 156 767	85,57
1919/20	7 547 111	765 385 083	101,41
1920/21	8 855 741	618 188 373	69,81
1921/22	8 542 949	941 634 632	110,02
1922/23	8 263 428	1 198 632 977	145,05
1923/24	10 174 086	1 684 088 477	165,53
1924/25	8 942 453	2 279 036 450	254,85
1925/26	9 449 012	1 819 957 329	192,61
1926/27	9 841 397	1 733 165 532	176,11
1927/28	9 990 723	2 022 597 238	202,45
1928/29	8 794 010	1 977 415 632	224,86
1929/30	9 554 134	1 650 832 444	172,79
1930/31	10 091 683	1 307 637 141	119,78
1931/32	8 904 955	1 604 441 803	180,17
1932/33	6 543 316	1 001 707 124	153,08
1933/34	11 282 675	1 601 972 872	141,98
1934/35	9 246 614	1 408 157 619	152,29
1935/36	10 566 567	1 579 595 112	149,49
1936/37	8 772 518	1 589 252 638	181,16
1937/38	9 449 039	1 500 801 186	158,83

(Continuação)

Exportação de café por Santos

Safras	Sacas 60 kg	Valor em Cr\$	Cr\$/saca
1938/39	11 002 637	1 585 585 194	144,11
1939/40	9 933 595	1 433 870 654	144,34
1940/41	8 823 048	1 307 368 367	148,18
1941/42	7 728 416	1 529 426 420	197,90
1942/43	4 704 335	1 373 412 222	291,95
1943/44	9 641 967	2 828 555 686	293,36
1944/45	9 492 210	2 813 794 515	296,43
1945/46	11 809 854	4 107 630 554	347,81
1946/47	10 334 788	5 501 425 662	532,32
1947/48	10 810 054	6 240 052 067	577,25
1948/49	11 283 649	6 400 539 018	567,24
1949/50	9 635 842	8 092 789 683	839,86
1950/51	8 505 149	10 406 745 032	1 223,58
1951/52	7 714 026	9 557 684 408	1 239,00
1952/53	7 781 498	9 840 517 231	1 265,00
1953/54	6 705 789	12 372 583 226	1 845,00
1954/55	5 673 398	14 685 409 000	2 588,00
1955/56	8 081 718	19 063 885 000	2 359,00
1956/57	6 875 450	16 873 608 000	2 454,00
1957/58	3 313 620	7 339 312 492	2 215,00
1958/59	3 826 792	8 606 078 304	2 249,00
1959 ^a 60	6 225 142	20 255 565 449	3 253,80
1960/61	6 404 910	25 376 816 648	3 962,10
1961/62	6 628 908	36 786 910 047	5 549,50

FONTES:	Quantidade	{	Período 1890/91 — Relatório da Secret. da Fazenda do Est. de S. Paulo — 1895.
			Período 1896/97 — Relatórios da Repartição de Estatística do Est. de S. Paulo — 1896 e 1897.
Valor	{	Demais períodos (de 1858/59 até 1889/90) — Boletim da Associação Comercial de Santos — 12-10-1927.	De 1900/01 até 1955/56 — Anuários do D.N.C. e da Superintendência dos Serviços do Café do Est. de S. Paulo.
			De 1956/57 em diante — Dados da Superintendência dos Serviços do Café do Est. de S. Paulo.
Valor	{	Período 1858/59 até 1871/72 — TAUNAY — História do Café no Brasil — Vol. VI.	1890/91 — Relatório da Secretaria da Fazenda do Est. de S. Paulo — 1895.
			1896/97 — Relatórios da Repartição de Estatística do Est. de S. Paulo — 1896 e 1897.
			1890/91 a 1895/96 e 1897/98 — Calculado pelo preço médio da Recebedoria de Rendas de Santos.
			1898/99 a 1899/900 — Relatório da Associação Comercial de Santos.
			1900/01 até 1955/56 — Anuários do D.N.C. e da Superintendência dos Serviços do Café do Est. de S. Paulo.
			1956/57 em diante — Dados da Superintendência dos Serviços de Café do Est. de S. Paulo.

Nota: A partir de 1898/99, exportação para o exterior (não inclui o café industrializado dos últimos anos). Antes dessa data está muitas vezes incluída a cabotagem.